



**ANEXO II**  
**Termo de Referência**





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO NA E.E.F. FIRMINO ARARUNA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAURITI-CE.**

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção do valor global de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 estão devidamente referenciados e anexados ao Projeto Básico desta contratação.

1.3. O contrato terá **vigência de 03 (três) meses**, contados a partir da sua assinatura nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, ou ainda de acordo com o cronograma físico-financeiro.

1.4. A **estimativa de custos para a execução da obra é de R\$ 353.438,15 (trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quinze centavos).**

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares/projeto básico de engenharia.

#### 2.2. Justificativa da Contratação:

2.2.1. A construção de um refeitório na Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Araruna, localizada no Distrito de Anauá, se faz necessária para garantir a qualidade da distribuição da alimentação dos estudantes. Com a estruturação de um espaço adequado para as refeições será possível oferecer uma alimentação balanceada e saudável, contribuindo para o crescimento físico e intelectual dos alunos. Além disso a construção do refeitório proporcionará um ambiente mais confortável e acolhedor, promovendo a socialização e o bem-estar dos estudantes durante as refeições.

2.2.2. A construção do refeitório na referida E.E.F., também visa atender as exigências legais e normativas relacionadas à alimentação escolar. Com a construção do espaço específico para as refeições, será possível cumprir as determinações do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e garantir a segurança alimentar dos alunos. Dessa forma, a iniciativa contribuirá para o cumprimento das diretrizes educacionais e para a promoção de uma educação de qualidade que valoriza a saúde e o bem-estar dos estudantes.

2.2.3. A construção do refeitório proporcionará um impacto positivo no dia a dia da escola, satisfazendo os anseios dos estudantes e servidores, garantindo organização e segurança no momento da refeição. Além disso, a escola estará em conformidade com as normas de segurança alimentar e sanitária, essencial para garantir a qualidade do atendimento educacional e alimentar.

#### 2.3. Enquadramento da Contratação:

2.3.1. A contratação fundamenta-se no artigo 28, inciso II c/c do art. 17, § 2º da Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 080 de 17 de outubro de 2023 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço global, tendo em vista que a Secretaria da Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos não detém de todos os meios necessários para a concretização do objeto e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Portanto, a contratação de empresa para a execução da construção de passagem molhada no Sítio Rudado, se dará em conformidade com o previsto neste Termo de Referência, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentarias e cronograma físico-financeiro.

### 4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:

4.1.1. A empresa para realização do objeto será selecionada através do processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, cujas regras serão previstas no Edital.





4.1.2. A vencedora do certame deverá comprovar todas as exigências de habilita o previstas de forma detalhada no Edital, para que, após a sua devida avalia o, esteja apta a assinar o contrato com a Prefeitura Municipal de Mauriti-CE.

4.1.3. Os critérios de habilita o jurídica, fiscal, social e trabalhista, econ mico-financeira, técnica-operacional e técnico-profissional a serem atendidos pela contratada serão previstos no Edital.

#### 4.2. SUBCONTRATA O:

4.2.1.   admitida a subcontrata o parcial do objeto, nas seguintes condi es:

a) Vedada a subcontrata o total ou da parcela principal do objeto da contrata o, a qual consiste em: **TELHA TERMO ACÚSTICA TRAPEZOIDAL INCLINA O 17.6%** (item 5.3. da Planilha Orçamentária).

b) A subcontrata o fica limitada a 25%.

4.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em rela o   subcontrata o, caso admitida.

4.3. **GARANTIA DA CONTRATA O:** Por ocasião da assinatura do contrato, mais precisamente, antes de sua assinatura, a licitante vencedora prestar  garantia de execu o do objeto contratual, no **percentual de 5%** (cinco por cento) do valor a ser pactuado, podendo a mesma optar por uma das modalidades previstas no art. 96,  1 , da Lei n  14.133/2021.

4.3.1. O valor da garantia que for dada como cau o, quando em dinheiro, deverá ser efetuado através de d posito bancário junto ao Banco do Brasil, Agência: 4555-1 - Conta Corrente: 6172-7 - CNPJ: 07.655.269/0001-55, sendo que, após o d posito bancário, deve-se ser entregue o comprovante no Setor de Tesouraria da Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Mauriti/CE, no horário de expediente.

4.3.2. O licitante vencedor terá um 01 (um) mês, contado da data de homologa o da licita o e anterior   assinatura do contrato, para a presta o da garantia na modalidade de seguro-garantia. (Art. 96,   3 , Lei n  14.133/21)

4.3.3. No tocante   presta o de seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modifica es referentes   vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o pr mio nas datas convencionadas. (Art. 97, inc. I e II, Lei n  14.133/21)

4.4. O Contratado deverá realizar a transi o contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informa es, podendo exigir, inclusive, a capacita o dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execu o dos serviços.

#### 4.5. VISTORIA

4.5.1.   facultado e recomendável a realiza o de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as d vidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alega o posterior por desconhecimento das condi es locais;

4.5.2. A não realiza o da visita não admitir    CONTRATADA qualquer futura alega o de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execu o do objeto ou obriga o decorrente desta contrata o;

4.5.3. A vistoria deverá ser agendada com o setor de engenharia/Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, pelo E-mail: seinfra@mauriti.ce.gov.br, e ser realizada das 08h às 14h.

4.5.4. Independente da op o pela realiza o ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declara o formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condi es e peculiaridades inerentes   natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizar  para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo abaixo:

#### Modelo de Declara o de Conhecimento das Condi es Inerentes   Natureza do Serviço

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n  \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador da identidade n  \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execu o do





objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

\_\_\_\_\_ (CE), (dia) de (mês) de (ano)

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do responsável ou preposto)

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## 5. EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O Departamento de Obras do Município de Mauriti-CE realizará a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no cronograma Físico-Financeiro definido para a obra.

5.2. Os serviços serão entregues em cada etapa do cronograma físico-financeiro poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e deverão ser refeitos pela Contratada em prazo a ser definido para cada etapa correspondente, a contar da notificação da contratada, inclusive por qualquer meio eletrônico ou telemático, os quais serão gravados para fins de comprovação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. Os serviços deverão ser iniciados no prazo definido nos termos da Ordem de Serviço, emitido após a formalização da contratação;

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os, materiais, equipamentos, ferramentas, maquinas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido no art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

## 6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI)

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II)

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III)

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV)





6.7.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV)

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII)

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X)

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

6.12.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. As medições serão feitas de acordo com o cronograma financeiro a ser elaborado pela fiscalização quando na emissão da Ordem de Serviços, sempre que as etapas forem concluídas e constarão de folhas-resumo, contendo a relação de serviços, conforme Cronograma.

7.2. O MUNICÍPIO pagará apenas pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.

7.3. Fica expressamente estabelecido que os preços por solução globalizada incluam a sinalização provisória, todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, custos de materiais, equipamentos e mão de obra a serem aplicados, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas no Edital e mais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.4. Obedecido a Ordem de Serviço expedida, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a detentora da ata deverá apresentar as notas fiscais correspondentes à medição.

7.5. **Do recebimento Provisório e Definitivo da Obra**





- 7.5.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, até o **5º dia útil** do mês seguinte à prestação dos serviços, pelo fiscal técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.5.1.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.5.1.2. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.5.1.3. O fiscal setorial do contrato, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.
- 7.5.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.5.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5.2. A obra será **recebida definitivamente** no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.5.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.5.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.5.2.4. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.5.2.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.5.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.5.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.6. Do Faturamento**
- 7.6.1. Após comunicação do gestor do contrato e no **prazo de até 2 (dois) dias úteis**, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI, inscrita no CNPJ nº 07.655.269/0001-55, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), Estado, MUNICÍPIO, FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).
- 7.6.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
- 7.6.3. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 7.6.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.





7.6.5. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.6.6. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

#### 7.7. Das Condições de Pagamento

7.7.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s) em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.7.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.7.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.7.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.7.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.7.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

7.7.6. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

## 8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL. MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

### Exigências de Habilitação Jurídica

8.2. Para fins de habilitação jurídica, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.

### Exigências de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.3. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.





**Habilitação Econômico-Financeira**

8.4. Para fins de habilitação econômico-financeira, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.

**Habilitação Técnica-Operacional e Qualificação Técnica-Profissional**

8.5. Para fins de habilitação técnica, deverá ser observado os requisitos exigidos em edital.

**9 – ESTIMATIVA DO PREÇO**

9.1. Conforme planilha básica orçamentária o valor global estimado da contratação é de **R\$ 353.438,15 (trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quinze centavos)**.

**10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas correrão por conta da dotação nº 1002.12.361.0018.1.029 – Construção, Reforma e Ampliação da Rede de Ensino Fundamental do Município. Elemento de Despesas 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações, fonte 15171000000 – Transferência de Convênio-Estado/Educação.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mauriti-CE, 10 de fevereiro de 2025.

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência:**

*Francisca Lais Juca da Silva*  
Francisca Lais Juca da Silva

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

**Responsável Técnico:**

*Patrick Kalley Albuquerque*  
Patrick Kalley Bandeira Pereira de Albuquerque  
ENGENHEIRO CIVIL CREA nº 2117133002

**Aprovado por:**

*Gilberto Juca da Silva*  
GILBERTO JUCA DA SILVA  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### Introdu o

Este documento   a primeira etapa da fase do planejamento de uma contrata o que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor soluço e do Termo de Referência a serem elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contrata o, com o objetivo principal de estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor soluço para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administra o Pública.

Compõe o objeto deste Estudo Técnico Preliminar fornecer informa es técnicas essenciais para embasar a tomada de decisão sobre a necessidade de CONTRATA O DE EMPRESA PARA A EXECU O DA CONSTRU O DE REFEITÓRIO NA E.E.F. FIRMINO ARARUNA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCA O DO MUNICÍPIO DE MAURITI-CE.

### 1. ÁREA REQUISITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Educa o;

### 2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATA O

2.1. São Componentes da Comissão de Planejamento os servidores:

1. **Presidente:** Francisca Laís Juca da Silva
2. **Secretária:** Leyde Daiane Barbosa Pereira da Silva
3. **Coordenador:** Islayne Lacerda dos Santos
4. **Membro:** Wagner Fernandes de Caldas
5. **Membro:** José Hiago Alexandre Soares
6. **Membro:** Mayara Cassimiro de Sousa
7. **Membro:** Cicero Wanderson Santana dos Santos
8. **Membro:** Nayara Henrique Cavaloche

### 3. FUNDAMENTA O LEGAL

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar está fundamentado nos ditames da Lei Federal n  14.133/2021 e no Decreto Municipal n  80/2023.

### 4. DESCRI O DA NECESSIDADE

4.1. A constru o de um refeitório na Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Araruna, localizada no Distrito de Anau , se faz necessária para garantir a qualidade da distribu o da alimenta o dos estudantes. Com a estrutura o de um espaço adequado para as refei es será possível oferecer uma alimenta o balanceada e saudável, contribuindo para o crescimento físico e intelectual dos alunos. Além disso a constru o do refeitório proporcionará um ambiente mais confortável e acolhedor, promovendo a socializa o e o bem-estar dos estudantes durante as refei es.

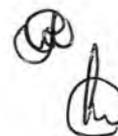
4.2. A constru o do refeitório na referida E.E.F., t mbem visa atender as exigências legais e normativas relacionadas   alimenta o escolar. Com a constru o do espaço específico para as refei es, será possível cumprir as determina es do Programa Nacional de Alimenta o Escolar-PNAE e garantir a segurança alimentar dos alunos. Dessa forma, a iniciativa contribuir  para o cumprimento das diretrizes educacionais e para a promo o de uma educa o de qualidade que valoriza a saúde e o bem-estar dos estudantes.

4.3. A constru o do refeitório proporcionará um impacto positivo no dia a dia da escola, satisfazendo os anseios dos estudantes e servidores, garantindo organiza o e segurança no momento da refei o. Além disso, a escola estará em conformidade com as normas de segurança alimentar e sanitária, essencial para garantir a qualidade do atendimento educacional e alimentar.

### 5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATA ES ANUAL

5.1. A presente contrata o está prevista no Plano Anual de Contrata es/2025 do município de Mauriti/CE.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATA O





- 6.1. As obras deverão ser executadas por empresa especializada no ramo, devidamente registrada no CREA, em conformidade com a legisla o vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para definir os serviços e possibilitar a avalia o de seu custo.
- 6.2. Os serviços, objeto da licita o, serão executados no Município de Mauriti/CE, conforme necessidade do órgão requisitante.
- 6.3. As Obras serão executados por meio de planilha orçamentária contendo a descri o dos serviços, conforme tabela de custos oficiais, disponibilizadas nos sites dos  rg os Caixa Econ mica Federal e DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, respectivamente, **SEINFRA-CEARÁ 028.1 e SINAPI/CE 05/2024 com desonera o, acrescida de BDI de 25% (vinte e cinco por cento)**. Todos os materiais e serviços deverão estar de acordo com as normas vigentes da Associa o Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 6.4. Em caso de inviabilidade de utiliza o da Tabela SEINFRA poderão ser adotadas outras tabelas de referência formalmente aprovadas por órgãos ou entidades da administra o pública federal, e, na hipótese de sua comprovada inviabilidade, dados obtidos em publica es técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou, em último caso, em pesquisa de mercado.
- 6.5. Na hipótese do subitem anterior, as fontes de consulta devem ser indicadas na memória de cáculo do orçamento, fazendo parte da documenta o do processo de contrata o.
- 6.6. As quantidades deverão ser orçadas pela administra o para a execu o do objeto, que se trata de um contrato de escopo, e será fornecida de acordo com as necessidades da Contratante. As obras serão executadas e pagas de acordo com os serviços e quantitativos efetivamente realizados.
- 6.7. O prazo para o início da execu o dos serviços fica fixado em até **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço.
- 6.8. O prazo para a execu o dos serviços estará definido no Cronograma Físico-Financeiro.
- 6.9. Os serviços devem ser executados em conformidade com o Projeto Básico e o cronograma físico-financeiro.
- 6.10. A administra o poderá determinar a realiza o de diligências ou o refazimento de quaisquer dos serviços, de forma a assegurar a adequa o do mesmo aos objetivos pretendidos pela Administra o, conforme as normas técnicas ou diretrizes do edital.
- 6.11. Os prazos de início de etapas de execu o, de conclusão e de entrega admitem prorroga o, desde que devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela Contratante.
- 6.12. Em caso de impedimento, ordem de paralisa o ou suspensão do contrato, o cronograma de execu o será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.13. Caberá exclusivamente   Contratada, a responsabilidade pela aquisi o/contrata o e o uso de materiais, equipamentos, empregados ou incorporados aos serviços.
- 6.14. A contratada deverá manter um livro “Diário de Ocorrências”, onde serão anotados os registros diários, recomenda es e observa es por parte da fiscaliza o e do engenheiro residente, representante da Contratada, bem como, as ocorrências e eventos que possam comprometer o andamento dos trabalhos.
- 6.15.   Contratante caberá a incumbência de decidir os casos omissos relativos às especifica es, quantidades, materiais e equipamentos que se refiram direta ou indiretamente aos serviços contratados.
- 6.16. A Contratada se responsabilizará pelo recebimento, guarda e pela qualidade de todo material que der entrada e que for utilizado na execu o dos serviços.
- 6.17. Os lotes de materiais impugnados pela Contratante deverão ser retirados imediatamente do local dos serviços, mantendo-se tão somente uma amostra com a indica o de “impugnado”.
- 6.18. O desentulho deverá ser feito durante todo o decorrer do serviço, assim se faça necessário, para que mantenha o canteiro, sempre limpo, apresentando boa aparência e condi es mínimas de higiene.
- 6.19. A Contratada deverá ser responsável por disponibilizar toda a mão de obra, bem como fornecer todos os equipamentos necessários para presta o de serviço ao contratado, inclusive de segurança, higiene e Medicina do Trabalho (EPIs – Equipamentos de Prote o Individual); cumprir todas as obriga es de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, com rela o ao pessoal designado para presta o dos serviços contratados, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício.
- 6.20. Todos os equipamentos, materiais, insumos, assim como os gastos com pessoal e os respectivos, s rios, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, de alimenta o e estadia de funcionários e de outros gastos que se fizerem necessários para a execu o do contrato, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;





- 6.21. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço, desde que tenha a expressa autorização por parte da Administração.
- 6.22. A presença da fiscalização do Município não exime de responsabilidade da Contratada.
- 6.23. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes.

#### DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.24. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade **Concorrência**, na sua forma eletrônica, com critério de **juízo por menor preço global**, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

6.25. O regime de execução da obra será o de **empreitada por preço global**.

6.26. A contratação tem natureza de **serviço comum de engenharia**, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea 'a', da Lei Federal nº 14.133/2021. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de qualificação técnica, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

6.26.1. **Certificado de registro (pessoa jurídica)**: comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

6.26.2. **Certificado de registro (pessoa física)**: comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

6.26.3. **Capacidade operacional (pessoa jurídica)**: atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado.

6.26.4. **Capacidade profissional (pessoa física)**: certidão de acervo técnico (CAT) do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA/CAU), que comprove execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

6.26.5. **Vínculo Empregatício**: Apresentar comprovação de vínculo empregatício de cada profissional técnico que participará da condução dos serviços contratados.

a) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado desde que acompanhada da anuência deste;

b) Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

c) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

#### REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

6.27. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável;

6.27.1. Devem ser incluídas medidas para a gestão adequada de resíduos gerados na obra, bem como planos para minimizar emissões poluentes e ruídos durante a execução dos serviços;

6.27.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação;

6.27.3. A contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado dos materiais utilizados/trocados durante a prestação do serviço objeto da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos da Lei nº 12.305/2010;





- 6.27.4. Utilização racional de recursos naturais como água e energia;
- 6.27.5. Geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 6.27.6. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem, da obra ou serviço;
- 6.27.7. Uso de inovações que reduzam o impacto sobre recursos naturais.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro os projetos de engenharia, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo.

## 8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de custos para a execução da obra é de até **R\$ 353.438,15 (trezentos e cinquenta e três mil, Quatrocentos e trinta e oito reais e quinze centavos).**

8.2. O valor estimado foi calculado considerando as tabelas **SEINFRA-CEARÁ 028.1** e **SINAPI/CE 05/2024** com desoneração.

## 9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. Considerando que o Município de Mauriti-CE pretende realizar a contratação de empresa para a construção de refeitório na E.E.F. Firmino Araruna, que envolve a necessidade de mão de obra especializada e a aquisição de materiais e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, pode fazê-lo a partir das seguintes soluções:

- **SOLUÇÃO 01:** A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO realizaria a execução direta da construção do refeitório na E.E.F. Firmino Araruna com mão de obra e equipamentos próprios e com a aquisição dos insumos necessários por meio de licitação;

- **SOLUÇÃO 02:** Execução indireta mediante contratação de empresa especializada para a construção do refeitório na E.E.F. Firmino Araruna, com fornecimento de materiais, insumos, equipamento e mão de obra, para a consecução do objeto.

9.2. **SOLUÇÃO APONTADA COMO VIÁVEL:** A solução apontada como a **SOLUÇÃO 02** apresenta-se, na ótica da Equipe de Planejamento responsável pela elaboração dos Estudos Preliminares, como a única possível e viável para o desenvolvimento adequado das atividades, para o tipo e volume de trabalho necessário.

9.3. A solução 01 tem resultado prejudicado, seja pela disponibilidade restrita de mão-de-obra e de insumos e de equipamentos, pois o volume dos serviços da construção do refeitório na E.E.F. Firmino Araruna é considerável e a Gestão Municipal não consegue atender a todas essas demandas de forma satisfatória. Além disso, haveria uma maior burocratização das operações, na medida em que a municipalidade teria que empreender uma infinidade de novas contratações para acudir à solução referida.

9.4. Assim, diante dessa multiplicidade de novas licitações e fornecedores, a sincronicidade necessária para a execução dos serviços restaria prejudicada, sobretudo tendo em vista a limitação temporal imposta. Portanto, a **SOLUÇÃO 02** nos apresenta como a mais viável. Além disso, a contratação por execução indireta segue os moldes utilizados em outras instituições públicas. Esta forma de contratação também é comum na iniciativa privada.

9.5. Não foram identificados requisitos que possam ensejar a restrição de mercado, uma vez que há várias empresas que executam os serviços dentro dos requisitos estabelecidos.

9.6. Assim, diante da opção pela **SOLUÇÃO 02**, segundo a legislação de regência, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

## 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO





10.1. O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia necessários à execução da construção do refeitório na E.E.F. Firmino Araruna, conforme condições e especificações constantes nos documentos e descrições detalhadas das soluções previstas nos memoriais descritivos.

10.2. A iniciativa é de interesse da Secretaria Municipal de Educação e visa atender às necessidades da comunidade escolar, proporcionando um espaço adequado e seguro para a alimentação dos alunos.

10.3. A construção de um refeitório na E.E.F. Firmino Araruna é fundamental para garantir a segurança alimentar e o bem-estar dos alunos, além de contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem. Um espaço adequado para a alimentação permite que os alunos façam suas refeições de forma mais confortável e higiênica, evitando a dispersão e o consumo de alimentos inadequados.

10.4. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação de serviço a ser executado, com disponibilização de mão de obra não exclusiva, materiais e equipamentos adequados à execução dos trabalhos.

## 11. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

11.2. Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

11.3. Ademais, a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por inesperados sinistros ocorridos e por ser uma obra de infraestrutura as empresas especializadas nesta área atendem aos requisitos de pavimentação e sinalização simultaneamente.

## 12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A construção do refeitório na E.E.F. Firmino Araruna, em Mauriti-CE, é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação que visa trazer diversos benefícios para a comunidade escolar. Os resultados pretendidos com essa construção podem ser demonstrados da seguinte forma:

### **1. Melhoria na Segurança Alimentar e Nutricional:**

- **Espaço adequado para refeições:** O refeitório proporcionará um ambiente limpo, seguro e confortável para que os alunos realizem suas refeições.

- **Redução do desperdício de alimentos:** Um espaço organizado e adequado permite um melhor controle do preparo e distribuição dos alimentos, diminuindo o desperdício.

### **2. Aumento do Bem-Estar e Conforto dos Alunos:**

- **Ambiente mais agradável e acolhedor:** O refeitório será um espaço pensado para promover a interação e a socialização entre os alunos durante as refeições.

### **3. Melhoria no Desempenho Escolar:**

- **Alunos melhor alimentados e dispostos:** Uma alimentação adequada é fundamental para o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos. Com a construção do refeitório, espera-se que os alunos estejam mais bem alimentados e dispostos para o aprendizado.

- **Redução da evasão escolar:** A oferta de alimentação de qualidade pode ser um fator importante para evitar a evasão escolar, principalmente entre alunos de famílias de baixa renda.

- **Melhora na concentração e no rendimento escolar:** Alunos bem alimentados tendem a ter maior concentração e melhor desempenho em sala de aula.

### **4. Fortalecimento da Comunidade Escolar:**

- **Espaço de convivência e socialização:** O refeitório pode se tornar um ponto de encontro e convivência para alunos, professores e funcionários da escola.





- **Promo o de eventos e atividades:** O espaço do refeitório pode ser utilizado para a realiza o de eventos e atividades educativas relacionadas   alimenta o e nutri o.
- **Parceria com a comunidade:** A constru o do refeitório pode ser uma oportunidade para envolver a comunidade local, através de parcerias com empresas, entidades e pais de alunos.

#### 5. Valoriza o da Escola:

- **Melhora na infraestrutura da escola:** A constru o do refeitório representa um investimento na infraestrutura da escola, valorizando o espaço e proporcionando um ambiente mais adequado para o ensino-aprendizagem.

12.2. Em resumo, a constru o do refeitório na E.E.F. Firmino Araruna trará diversos benefícios para a comunidade escolar, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, do bem-estar dos alunos, do desempenho escolar, do fortalecimento da comunidade e da valoriza o da escola.

12.3.   importante ressaltar que esses resultados serão alcançados de forma gradual e contínua, através do acompanhamento e da avalia o das a o es desenvolvidas no refeitório. A Secretaria de Educa o do município de Mauriti-CE estará atenta a esses resultados, buscando sempre aprimorar o serviço oferecido aos alunos.

### 13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

13.1. A Administra o tomar  as seguintes providências previamente ao contrato:

- Defini o dos servidores que farão parte da equipe de fiscaliza o e gestão contratual da obra/serviço;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscaliza o;
- Capacita o dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contrata o;
- Defini o de planos de trabalho com vistas   boa execu o contratual;
- Acompanhamento rigoroso das a o es previstas nos projetos apresentados para a realiza o das adequa o es e melhorias no objeto a ser contratado;
- Implementa o de práticas sustentáveis e de preserva o ambiental durante todas as fases da obra, alinhadas com as exigências legais e com as melhores práticas do setor de constru o civil.

13.2. Ademais, para que a pretendida contrata o tenha sucesso,   preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- elabora o de minuta do edital;
- realiza o de certifica o de disponibilidade orçamentária;
- designa o em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contrata o (conforme o caso);
- elabora o de minuta do contrato;
- encaminhamento do processo para análise jurídica;
- análise da manifesta o jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- publica o e divulga o do edital e anexos;
- resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugna o, caso aplicável;
- realiza o do certame, com suas respectivas etapas;
- realiza o de empenho; e
- assinatura e publica o do contrato.

### 14. CONTRATA O ES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

14.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contrata o es acessórias para a perfeita execu o do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionaliza o dos serviços podem ser supridos apenas com a contrata o ora proposta.

### 15. IMPACTOS AMBIENTAIS

Impacto Ambiental	Medida de Tratamento
Gera�o de resíduos	- A contratada dará aos operários apenas a quantia necessária de recursos para o seu trabalho, contando com uma porcentagem de desperdício, que sempre existirá devido a quebras e imperfei�o es.





Impacto Ambiental	Medida de Tratamento
	<ul style="list-style-type: none"><li>- No descarte dos materiais de entulho, que deverão ser feitos em locais apropriados, destinados à cada tipo de resíduo da obra, de acordo com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.</li><li>- Uso de materiais reutilizáveis, como escoras metálicas em vez de um escoramento de madeira.</li></ul>
Transporte inadequado dos resíduos	A contratada deverá observar as leis relacionadas ao transporte, resíduos volumosos e demais leis vigentes sobre o objeto do edital, bem como as particularidades das quais cerceiam o descarte de resíduos amparados.
Excesso de ruídos durante a execução dos serviços (Poluição Sonora)	<ul style="list-style-type: none"><li>- A contratada deverá utilizar equipamentos que possuam tecnologia mais silenciosa quando possível (baixo nível de emissão de ruídos).</li><li>- Execução de atividades ruidosas em horários adequados para minimizar o desconforto a comunidade local.</li></ul>
Desperdício de água	- A contratada deverá fazer o tratamento e Reutilização da água, quando possível.
Aumento de consumo de energia e/ou combustíveis fósseis	- A contratada observará se os maquinários ou outros equipamentos estarão desligados quando fora de uso.

#### 16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. Com base nas disposições da Lei 14.133/2021, concluímos favoravelmente quanto a viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa de engenharia para a construção de um refeitório na Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Araruna, localizada no Distrito de Anauá, no município de Mauriti, bem como por seu alinhamento às necessidades administrativas apontadas pela área demandante e ao planejamento estratégico desta municipalidade, devendo ser iniciados os procedimentos administrativos necessários à instauração de licitação na modalidade de Concorrência, em sua forma Eletrônica.

Mauriti-CE, 03 de fevereiro de 2025.

#### Equipe de Planejamento:

*Francisca Lais Juca da Silva*  
Francisca Lais Juca da Silva  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

#### Responsável Técnico:

*Patrick Kalley Albuquerque*  
Patrick Kalley Bandeira Peretia de Albuquerque  
ENGENHEIRO CIVIL CREA nº 2117133002

